

Os militares na teoria social clássica

Marcelo Bordin¹
Aknaton Toczec Souza²
Pablo Ornelas Rosa³

Resumo: Este artigo tem por finalidade cotejar algumas observações sobre os militares e também as instituições militares ao longo do processo de formação do estado moderno no Ocidente. Entre as especificidades da sociologia clássica para a compreensão da sociedade contemporânea, a possibilidade metodológica de aproximar contextos históricos e sociais distintos a partir de recorrências e regularidades sem, contudo, reduzi-los às relações de causalidade.

Palavras-Chave: Militares, Militarização, Estado, Sociologia Clássica, Classe Social.

Abstract: The purpose of this article is to compare some observations about the military and military institutions throughout the process of the formation of the modern state in the West. Among the specificities of classical sociology for understanding contemporary society is the methodological possibility **of bringing together** different historical and social contexts based on recurrences and regularities without, however, reducing them to relations of causality.

Keywords: Military, Militarization, State, Classical Sociology, Social Class.

1 marcelobordin05@gmail.com. Curitiba, Paraná, Brasil. Doutor em Sociologia pela UFPR, Mestre em Geografia pela UFPR, Bacharel em Ciência Política pela Faculdade Internacional de Curitiba, Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Foi Professor Visitante no CEDEAUM - Centro Di Ricerca EuroAmericano Sulle Politiche Costituzionali, da Università del Salento, entre 2022 e 2023. Atua também como Pesquisador do Grupo de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, da Rede Nacional de Pesquisa em Militarização da Educação (RePME) e do Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos - NUPARC (PPGSP/PPGSEG/UVV). Atuou como Professor na Graduação em Criminologia e em Relações Internacionais do Centro Universitário Curitiba (UniCuritiba) entre 2020 e 2021.

2 aknatontoczec@gmail.com. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), pós-doutor em Sociologia Política na Universidade Vila Velha (UVV), doutor em Sociologia na UFPR (bolsa CAPES); é mestre em Sociologia pela UFPR (bolsa CAPES) . Possui graduação em Direito e licenciatura em Sociologia; especialista em Sociologia Política (UFPR), especialista em Direito Penal e Criminologia do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC/UFPR). É pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos (NUPARC/UVV); Grupo de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (GESPDH/UFPR); e no Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudo Criminais-Penitenciários (GITEP/UCPEL). É Professor do PPG de Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas.

3 pablorosa13@gmail.com. Vila Velha, Espírito Santo. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Realizou estágio de Pós-Doutorado em Psicologia e em Saúde Coletiva na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e em Sociologia na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Atualmente realiza pesquisa de doutorado em psicologia institucional na UFES. Desde agosto de 2013 atua como professor permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política (Mestrado Acadêmico) e em Segurança Pública (Mestrado Profissional) da Universidade Vila Velha - UVV. Também atua como professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação (Mestrado Profissional) do Centro Universitário Vale do Cricaré - UniVC desde 2022, no curso de especialização em direito penal e criminologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS desde 2019 e no curso de especialização em Cannabis Sativa da Sociedade Brasileira de Estudos Canábicos - SBEC desde 2023. Coordena o Núcleo de Pesquisa em Ativismos, Resistências e Conflitos - NUPARC (PPGSP/PPGSEG/UVV), participa do Grupo de Pesquisa Criminologias, Segurança Pública e Políticas Prisionais (PPGSEG/UVV), do Laboratório de Estudos de Teoria e Mudança Social - LABEMUS (UFPE/UVV)

1. Introdução

...o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de soldado”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* (2007, p. 130).

Este texto tem por objetivo realizar o debate sobre a classe social dos militares durante o processo de consolidação do estado como é conhecido atualmente. Nesse sentido, utilizamos a sociologia clássica para a compreensão da sociedade contemporânea, utilizando como metodologia a possibilidade de aproximar contextos históricos e sociais⁴. Esse texto tem também por objetivo buscar subsídios sociológicos para gerar o elemento norteador para responder “se existe um processo de militarização excessiva ou uma hipermilitarização” da segurança pública no Brasil, no sentido de analisar as condições sociais e históricas que têm (re) produzido contemporaneamente o fenômeno que decidimos denominar de “hipermilitarização”⁵.

A aproximação do debate da categoria profissional "militar" e os campos de conhecimento objetivam desta forma compreender, ainda que de maneira embrionária, como se engendraram formas históricas específicas que resultaram em determinado modelo de militarização. Pergunta similar feita pela sociologia, com um cunho mais histórico, na tentativa de compreender, por exemplo, como se constituem o capitalismo, a modernidade e a nação.

Em que pese o objetivo que não seja discutir aspectos da sociologia histórica, ela contribui no sentido de guiar alguns aspectos sociológicos que, partindo das reflexões produzidas acerca da emergência e consolidação da noção de nação, é que acreditamos poder aproximar o objeto empírico da tese em andamento e algumas contribuições da sociologia

4 Sobre a interação entre a Sociologia e a História, Florestan Fernandes afirma que: “...seria vão e improficuo separar a Sociologia das condições histórico-sociais da existência, nas quais ela se tornou intelectualmente possível e necessária.” (FERNANDES, 1977, p. 11).

5 Utilizaremos o termo “hipermilitarização” uma vez que o modelo de segurança pública já tem a sua gênese militarizada e conseqüentemente o aumento das políticas públicas, ações e práticas ainda mais militarizadas nos sugerem o uso do termo. Para um melhor entendimento do uso do termo “hipermilitarização” ver Bordin & Moraes (2015).

histórica e também da história, uma vez que essas disciplinas podem ser colaborativas no sentido de dirimir dúvidas.

A constituição da nação, como instituição e representação, está já em suas origens formada e informada pelo uso da força de forma sistemática. O exercício comparativo, nessa perspectiva, pretende evitar “lugares comuns” já largamente percorridos por teorias maximizantes tidas como de longo alcance, a exemplo do referencial marxista que acaba por contingenciar as análises ao campo das relações macroeconômicas. Segundo a abordagem aqui adotada, as recorrências indicam mais transições que padrões fixos e estanques. Olhar a estrutura social, mas também as inter-relações, possibilitaria evidenciar detalhes particulares e variáveis com maior potencial analítico.

Esta é ainda uma abordagem que supõe a compreensão dos contextos nos quais os conceitos foram criados. A noção de militarização demanda, desta forma, a apreensão de seus conteúdos em diferentes momentos históricos. A partir de um arcabouço teórico desenvolvido ao longo das pesquisas desenvolvidas pelos autores, alguns teóricos podem contribuir para o exercício analítico aqui proposto, de modo especial, o historiador Perry Anderson⁶. Percorrendo as trajetórias contextuais dos processos de racionalização na e da modernidade, Anderson se voltou para a compreensão da constituição dos Estados modernos, os valores e representações que os circundavam. Junto dele, Reinhard Bendix⁷ procurando através de uma revisão das teorias sobre modernização, traz à reflexão, questões acerca da simbiose entre Estado e nação e como esta se constitui uma organização da comunidade política moderna.

A relevância dos estudos sobre os militares, seja das forças armadas ou militares de polícia, ou ainda de suas instituições, está na possibilidade de identificar quais os atores e as forças que atuam politicamente ou ainda, qual seria a "política" que essas instituições estão submetidas e qual a sua política própria. Essa relevância ainda é medida pelos inúmeros clássicos da filosofia e da sociologia que discorrem sobre o tema, a saber "A Arte da Guerra" de Maquiavel; o "Segundo Tratado sobre o Governo" de John Locke, que tem um capítulo denominado "Do estado de Guerra"; Thomas Hobbes com o seu "Leviatã", no qual afirma que

6 ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista. Brasília, Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1995.

7 BENDIX, Reinhard. Construção Nacional da Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros, São Paulo, Editora da USP, 1996.

o homem viveria no estado de todos contra todos se não existisse uma autoridade central e absoluta, dentre outros.

E talvez, um dos motivos para que os estudos voltados para os “militares” ou a “instituição militar” seja esse momento de “nascimento” em conjunto com o Estado moderno nasce com a necessidade de forças militares para que mantenha um território, os costumes do povo reunido sob aquela fronteira, e para que a sua burocracia não fosse dependente de mais de tropas irregulares de mercenários e saqueadores. Guiddens (2008, p. 98) coloca que “Como Weber aponta, a maioria das classes dominantes tradicionais foram orientadas com valores militares ou outros seculares...” demonstrando que a instituição “militar” concorre em igualdade com a religião ao “expressar valores coletivos” (*idem*, p.99).

Esses valores “militares” são trazidos à tona em momentos de crise, tomando como exemplo o Brasil que, na crise política atual, possui inúmeros defensores de uma “intervenção militar constitucional”, além de uma constante participação na história política do nosso país e de diversos outros.

Apresentamos, deste modo, alguns aportes sócio-históricos a partir dos autores supracitados no que concerne aos processos de constituição da ideia de nação e o papel das forças militares nesse contexto. Também realizamos uma breve análise do debate sobre a formação do estado propriamente dita e a questão do surgimento dos exércitos nacionais e depois discutiremos a ideia de estado em Marx, Durkheim e Weber, uma vez que as forças armadas (e no caso do Brasil, as polícias militares) estão inseridas na estrutura do estado e se desenvolvem juntas. Na última parte (conclusão), pretende-se identificar os pontos onde esses contextos se tangenciam e/ou distanciam.

2. A instituição militar ou os militares como categoria de análise social?

Estado, instituição militar, educacional, policial, só para citar algumas que estão situadas dentro da esfera estatal e nem um pouco afastada dela. Para o observador leigo, essas estruturas parecem estar desconectadas, mas ao nos aproximarmos do objeto específico, deparamo-nos com uma rede muito mais imbricada do que parece para o cidadão comum, ou seja, quando alguma instituição policial, militar ou mesmo quando a pasta da educação de determinado governo faz uma campanha para “aproximar a comunidade” ou “amigos da escola”, ou criam um programa

de "polícia comunitária", "ações cívico-sociais (aciso)" das forças armadas temos a ideia de afastamento dessas instituições para com a população, deixando claro o afastamento do Estado para com a sociedade.

Nesse sentido, podemos entender que a "sociedade" estaria afastada dessas categorias sociais (policiais, militares ou mesmo professores)⁸, constituindo um mundo à parte e que precisariam ser integrados, ou ainda demonstrando que o Estado é uma categoria apartada da sociedade. Desta forma, podemos entender que a questão seria muito mais de conceitos, sendo delimitado pela sua construção ideológica. Fernandes (1979, p. 15), em sua tese sobre a categoria social dos militares, discorre sobre o "problema do conceito":

Qual é, afinal, o "problema" do conceito? Numa primeira aproximação, ainda abstrata, exatamente porque não supõe uma "hierarquização" das várias formulações do conceito, ele sempre indica - com maior ou menor tenacidade - a retenção de uma *exterioridade*, de uma diferença. Mais especificamente, o conceito guarda a representação do Estado como "o outro" da "sociedade". Ou seja, o conceito mesmo de categoria social só é possível porque retém - como aquilo que o especifica - sua *diferença* (alteridade) frente a outro conceito; o de sociedade (mesmo que não um exterior "indiferente").

Nesse trabalho utilizaremos o termo (ou conceito) "militares" para delimitar tanto o militar das forças armadas quanto das polícias militares, pois no Brasil, apesar de funções distintas (em tese, as forças deveriam atuar na defesa contra possíveis ameaças externas e as polícias militares no policiamento ostensivo), mas acabam por uma fazer a atividade da outra sendo que as forças armadas acabam por ter também atribuições de segurança pública.

3. Nascimento do estado e o surgimento da militarização

Ainda que não se pretenda constituir um referencial teórico, alguns historiadores e/ou sociólogos que adotam a sociologia histórica como metodologia analítica podem, em alguns, casos recair nos modelos com acentuado viés marxista, como é o caso de Perry Anderson. No livro *Linhagens do Estado Absolutista* (1995), o autor, ao delimitar o século XVI como o surgimento do Estado absolutista, faz uma crítica as definições de Marx e Engels que atribuíram

⁸ Para Althusser, a polícia e a escola são aparelhos ideológicos de Estado, que atuam de maneira "ideológica", sendo que a polícia também atua de forma "repressiva", que foi denominado apenas de "aparelho de Estado". ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

essa gênese ao "equilíbrio" entre as forças da aristocracia fundiária e a burguesia. Para Perry Anderson, a burguesia ainda não estava totalmente consolidada e ainda tinha que negociar para poder ter algum poder junto ao poder central, nesse caso, os reis.

Nesse sentido, o autor dá visibilidade ao fato de que nessa gênese, o Estado absolutista necessitou alimentar seus exércitos e, nos dois capítulos analisados (França e Inglaterra), observa-se o nascedouro de uma burocracia estatal que visava dar uma ideia de "fiscalização". Observa-se também o nascimento dos impostos para cobrir gastos com as forças armadas próprias, em detrimento de forças mercenárias (não na sua totalidade) e no caso da Inglaterra, de uma notável força naval que, por consequência, consumia inúmeros recursos, monetários e/ou humanos. Nesse gênero também surgem instituições "policiais" visando manter a arrecadação de impostos e também para certa paz no reino.

A França se vê forçada a criar unidades próprias de um exército regular, auxiliados por uma crescente artilharia, em detrimento das velhas tropas de cavaleiros feudais. Esse aparato bélico e também o aparato repressivo vai produzir pressões em relação a cobrança de impostos. Nesse mesmo avanço das forças armadas, a Europa renascentista observa o surgimento de um sistema formal de pressão e intercâmbio diplomático entre os Estados, inclusive com a criação de embaixadas fixas e recíprocas. A guerra de expansão ainda vai ser, durante muitos anos, uma atividade central dos Estados, mas aos poucos vai cedendo espaço para o comércio e também para as navegações mercantis e de descobrimento. Ainda que a ideia seja buscar um entendimento de questões mais amplas, com nuances específicas no desenvolvimento das nações, nesse trabalho buscaremos observar algumas características da influência dos militares das forças armadas no modelo de polícia que hoje se tem no Brasil.

A formação das nações no mundo todo tem como "efeito colateral" a existência de "exércitos" para, inicialmente, conquistar territórios e depois de consolidada esta etapa, de manter afastados os adversários e também de participar de conquistas por regiões com matérias primas necessárias ao desenvolvimento de cada país. Ainda que o surgimento do estado-nação e das forças militares caminhem juntos historicamente, Guiddens (2008), vai afirmar que para a Teoria Social não vai ser um "problema preocupante" e que não existem estudos da sociologia sobre o "impacto da violência militar ou da guerra sobre a sociedade moderna."

Guiddens ainda afirma que a violência das guerras e as questões militares não foram preocupações profundas de Emile Durkheim, sendo citadas de forma superficial e, mesmo

Marx, que via essas questões ligadas aos aspectos "revolucionários e contrarrevolucionários", sendo que tiveram a oportunidade de "passar os olhos" na obra de Clausewitz, *Da Guerra*. A exceção foi Engels, que era considerado um especialista em assuntos militares e que escrevia a maioria dos textos sobre o tema, alguns sendo publicados em nome de Karl Marx. Engels, ao analisar a excessiva militarização da recém unificada Alemanha, chegaria a imaginar uma guerra de proporções mundiais na Europa⁹, fato que aconteceu em 1914.

Mesmo que a questão "militar" seja uma constante nos estudos sobre a formação das nações, a sociologia histórica não vai se voltar para ela como um fator principal no desenvolvimento de um país, Ela será sempre colocada como consequência de outros fatores, como por exemplo a economia ou as questões ligadas às fronteiras e sua defesa. A exceção nesse caso fica por conta do trabalho de Charles Tilly, que analisou no trabalho "Coerção, Capital e estados Europeus (990 - 1992)" a influência que o desenvolvimento do capital teria nos países e que acabaria produzindo "democracias" e a falta desse capital iria acabar em estados com maior interferência pela força, que caso, seriam os militares e esses estados seriam menos democráticos e tenderiam a regimes ditatoriais ou com menor apego democracia.

No caso das polícias brasileiras, que são militarizadas na sua gênese, entendemos que esses aportes teóricos da sociologia histórica podem contribuir para que alguns aspectos da militarização da segurança pública nos dias atuais sejam melhores explicitados e entendidos tendo em vista que o seu desenvolvimento caminha em consonância com a formação de um estamento patriarcal e patrimonialista, o que é corroborado por Bendix (1996, p. 142) ao afirmar que "O governo é considerado uma mera extensão do domínio privado do governante."

4. Instituições militares, guerras e revoluções sob a ótica da sociologia clássica: alguns apontamentos

4.1 Marx

Com a evolução da sociedade ocidental, a transição do feudalismo para a sociedade mercantilista e a instalação do capitalismo, os estados nação tiveram que criar modelos de exércitos baseados no recrutamento obrigatório, findando o modelo de exércitos de mercenários que pilhavam as riquezas dos países invadidos ou derrotados como forma de pagamento.

⁹ ANFRA, Douglas Rogério. Friedrich Engles: Guerra e Política: uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Nesse sentido, o estado moderno cria um aparato jurídico-político (hoje denominado de burocrático militar) para manter economicamente, e também com recursos humanos, esses exércitos. Nos dias de hoje, podemos incluir nesse aparato, o sistema de justiça criminal também, que no caso brasileiro nos parece ser também burocrático/militar¹⁰, pois temos uma forte tendência a militarizar as questões de segurança pública, que deveriam ser da esfera civil. Para Quaresma (S/D, p. 97):

Marx compreende o Estado como uma relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. A infra-estrutura é a base econômica, ou melhor, é o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas. Já a superestrutura tem como parte principal o Estado que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social (ideologia). Para Marx o Estado como superestrutura que é, depende da sociedade civil compreendida como a base econômica e é na sociedade civil que se formam as classes sociais e onde são também revelados os antagonismos de classe que são inconciliáveis na visão marxiana. O Estado é resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está ligado à divisão da sociedade em classes, sendo que, para Marx, o Estado nasce da luta de classes.

Segundo essa definição, a configuração do estado é definida como a superestrutura, utilizada como forma de dominação, ou seja, faz parte da forma como as classes dominantes impõem a sua dominação para as classes "inferiores", afirmando que:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Mas a análise de Marx leva em consideração que a grande questão que oprime os dominados é a exploração (justificativa econômica) e que faz com que o aparato militar defenda os interesses dos dominantes. Num sentido mais geral, ele está certo, pois ao afirmar isso, temos inúmeros exemplos de que as forças armadas sempre irão atuar em favor dos "poderosos" e que

¹⁰ Codato & Perissinotto (2011, p 45/46) afirmam que "Uma série de expressões designam o aparelho institucional do Estado: poder executivo, organização burocrática e militar, máquina do Estado, locuções que designam o poder político concentrado no Estado: poderes medievais absolutos, poder estatal, poder governamental, atividade de governo."

o Estado (para Marx, o estado é o comitê gestor da burguesia), ao ser também utilizado pelos dominantes, vai fazer valer a defesa de seus interesses com a força, sejam esses interesses internos ou externos. Mas as instituições militares não eram o foco específico das análises de Marx, sendo que não se observa uma teoria dessas instituições e, elas estariam imbricadas na teoria marxista sobre o estado. As guerras eram uma preocupação mais constante que era observado nos seus escritos¹¹. Marx *apud* Anfra (2013, p.18) observa que:

A organização da guerra é anterior à da paz; mostrar como certas relações econômicas, tais como o trabalho assalariado, a maquinarias, etc, são desenvolvidas pela guerra e no interior dos exércitos antes de se desenvolverem no seio da sociedade burguesa. Do mesmo modo, o exército ilustra particularmente bem a relação entre as forças produtivas e os modos de troca e de distribuição.

Aqui fica evidente que, para ele, as relações econômicas estão também relacionadas com a guerra e com os exércitos. Nesse sentido, podemos concordar com Marx ao fazer uma simples observação de que, durante as grandes guerras (especialmente as do século XX), acontecem grandes desenvolvimentos científicos nas mais diversas áreas do conhecimento, uma vez que grandes recursos humanos e econômicos são investidos para tal finalidade.

Nesse aspecto, se fossemos árdios defensores do marxismo e nos propuséssemos a fazer uma análise dos dois maiores conflitos bélicos do século XX (a Primeira e a Segunda Grande Guerra Mundial), notaríamos elas foram deflagradas sempre por um motivo maior, que seria o econômico e que Hitler denominou de espaço vital, seja para o crescimento do Alemanha Nazista, seja a busca por novas áreas produtoras de matérias-primas. Na Primeira Guerra Mundial, o mundo assistia a um intenso processo produtivo e de desenvolvimento científico que combinado com outros fatores levaram ao impasse e à carnificina nas fétidas e úmidas trincheiras da Europa. Para corroborar essa afirmação, Anfra (*ibidem*, p. 2003) coloca que:

Outra questão importante e que não poderia passar despercebida é a relação entre a guerra e a economia. Marx nos *Grundrisse* (*Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie 1858*) tratou principalmente das situações no contexto do mercado como meio principal de se compreender a guerra em sua relação com a economia, contexto em que as crises econômicas se apresentam como pré-condição à guerra e à revolução e conduzindo a um posicionamento direcionado mais às condições da classe trabalhadora, além de também realizar uma abordagem política focada nos contextos

¹¹ Marx teve uma extensa obra publicada sobre as guerras, em especial, a guerra civil na França, a guerra na Itália, a Espanha revolucionária, dentre outros. Esses escritos eram também escritos por Engels. Um resumo desses textos encontram-se publicados no livro "Marx, Engles e Lenin: Escritos Militares". Coleção bases 37, Global Editora, São Paulo, 1981.

pontuais de intervenção nas organizações socialistas, como nos comunicados voltado à Guerra franco-prussiana.

Nesse sentido, podemos inferir que para Marx, o choque entre dois estados (guerra) nada mais é do que a busca das classes dominantes e a superestrutura na defesa de seus próprios interesses, uma vez que grandes conflitos podem gerar mais lucro para diversas áreas produtivas¹². Sobre a evolução e participação cada vez maior dos exércitos no cenário de formação dos estados nação, Guiddens afirma que "[...] a organização militar representou um papel fundamental, influenciando tanto o aparato de Estado como outras organizações, incluindo, posteriormente, empresas de negócios." (*idem*, p.138).

Nessas poucas linhas podemos inferir que Marx, apesar de alguns escritos sobre questões pontuais de algumas guerras, não se dedicou muito ao tema, ficando como uma preocupação maior o Estado como uma estrutura burguesa e que sempre estaria voltado para os interesses dessa classe. Nesse aspecto, os militares (e a polícia) funcionando dentro da estrutura estatal burguesa estaria voltada para o atendimento dessa classe social.

Desse ponto de vista e trazendo esse modelo marxista para os dias de hoje, podemos observar que realmente essas instituições fazem um trabalho de defesa dos interesses das classes dominantes. É claro que existem muitos outros interesses em jogo e outros atores atuando em conjunto, o judiciário inclusive, com atores que procuram manter o próprio poder, no caso do Brasil, criando uma elite salarial no poder judiciário e atendendo aos interesses burgueses.

4.2 Durkheim

Emile Durkheim pensou a intensa modificação da sociedade europeia ocidental, seja através da revolução francesa, seja pela revolução industrial, sendo também o responsável pela consolidação da Sociologia como ciência (Quintaneiro, 2003, p.60). Foi intensamente afetado por um grande conflito bélico mundial (Primeira Guerra Mundial, 1914/1918) no qual seu filho faleceu em combate no ano de 1916. Essa perda pode ter influenciado na sua morte precoce em

¹² Essa lógica de usar a guerra como fonte de lucro ficou bem evidente no conflito que se denominou como Segunda Guerra do Golfo, no qual os Estados Unidos da América liderando uma coalizão de outros países, invadiu o Iraque em busca de armas de destruição em massa e ocupou o país. Durante a chamada “reconstrução” do Iraque, inúmeras empresas estadunidenses lucraram com a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos e armas e também serviços de proteção e segurança, sendo a mais famosa delas denominada de *Blackwater*, que depois de inúmeros incidentes acabou modificando seu nome.

1917. A educação de Durkheim foi extremamente tradicional e baseada na religião judaica e que o influenciou nas suas análises posteriores, como bem observa Moraes (2006, p.71):

Se, por um lado, a forma hostil pela qual a sociedade francesa via os judeus parece ter colocado Durkheim em posição privilegiada para observação daquele universo *social*, por outro lado a emergência do indivíduo, ou melhor, do reconhecimento da legitimidade de desejos mais descolados dos destinos estabelecidos pelo grupo ou pela família - uma possibilidade moderna -, permitiram a Durkheim uma redefinição de seu *destino*, podendo assim, com o apoio da família, iniciar sua carreira acadêmica, mesclando-a com o aprendizado religioso da infância e de parte da juventude, haja vista a importância que o tema ocupa em sua obra. Dito de outra maneira, Durkheim estudou a sociedade, ou melhor, estabeleceu *regras* para a compreensão daquele *organismo* quando ela tornou-se um problema em função, principalmente, do declínio das formas *tradicionais* de existência social, do impacto causado pela sua velocidade das mudanças econômicas e políticas e pela emergência do *indivíduo*.

Vemos que a influência dos conflitos bélicos e revoluções, sejam elas mudanças de regime ou mudança de modelo de produção, afeta tanto Marx como Durkheim, e ainda, no caso do segundo, a religião como influenciadora do pensamento e de sua obra. No decorrer da sua profícua obra, podemos verificar uma necessidade de buscar explicações sobre as mudanças sociais e que nos parece padecer de uma certa dose de “nostalgia” com as formas tradicionais de vida em sociedade.

Durkheim não estava preocupado com nenhuma instituição “militar” propriamente dita, mas com as relações entre os indivíduos e as repercussões na sociedade ocidental, que cada vez mais se transformava e que para ele gerava desorganização social (Moraes, *idem*, p.71). Durkheim entendia que a mudança social era normal, porém nesse período ele entendia que a sociedade estava sendo minada em suas bases tradicionais. Guiddens (*idem*, p.48) afirma que “A teoria da evolução social de Durkheim, de onde sua concepção de Estado é derivada, em geral dá pouca ou nenhuma importância ao poder militar, tanto nas sociedades tradicionais, como nas modernas”.

Nesse sentido, podemos entender que ele pensava que a sociedade deveria ser coesa organicamente e que era resultado da divisão social do trabalho. Nesse caso, a mudança para uma sociedade industrial estava criando uma nova forma de organização e esse modelo de sociedade não estava criando interdependência, o que resultou em uma fraca coesão social (Nesse caso, Durkheim vai debater questões como crime, direito e até mesmo as “penas”, que seriam um elemento mantenedor da coesão social (Durkheim, 2003, p. 77).

Essa é o ponto de ligação que podemos observar na obra de Durkheim e com as instituições militares (e policiais), ou seja, o fato de que a divisão do trabalho não produza moral (ou não produza indivíduos morais) ou coesão social suficiente para que essas instituições acabem por ter de agir de forma perversa, com violência cada vez maior e que por se tornarem modelos para uma sociedade¹³. Nesse aspecto, Durkheim coloca que o processo pelo que estamos a viver seria o de “anomia” ou um “estado de indeterminação jurídica” (Durkheim (1977/1985) *apud* Moraes, 2006, p. 76), e que gera problemas a todo o corpo social, gerando um estado hipertrofiado e, portanto, incapaz de gerar moral ou coesão social.

4.3 Webber

Max Weber foi o mais militar dos três maiores pensadores da sociologia clássica, talvez o único, apesar do contato que Marx e Durkheim tiveram com diversos conflitos em suas respectivas gerações. Weber teve treinamento militar na Alemanha e serviu como oficial do exército. Não teve uma infância e adolescência voltada aos esportes, sendo muito aplicado nos estudos, o que o ajudou na faculdade, porém o fez sofrer durante o serviço militar, pois considerava o adestramento na arte da guerra uma enorme perda de tempo intelectual, afirmando que o:

[...]incrível desperdício de tempo exigido para domesticar seres pensantes e transformá-los em máquinas que atendem a ordens com precisão automática. Espera-se que aprendamos a paciência observando, durante uma hora diária, toda sorte de coisas absurdas que são chamadas de educação militar. Como se, Deus meu!, depois de três meses do manual de armas, durante horas diárias, e dos numerosos insultos dos mais miseráveis canalhas, alguém pudesse sofrer de falta de paciência! O candidato a oficial deve ser privado da possibilidade de usar sua mente durante o período de instrução militar. (Weber, 1946;1982, p.20).¹⁴

¹³ Não estamos negando a necessidade das forças armadas ou mesmo da polícia nas sociedades hipercomplexas e baseadas em uma economia capitalista, nas quais a busca por recursos naturais é cada vez maior, gerando inúmeros conflitos. Apenas explicamos que a falta de coesão social e a fraca moral do indivíduo acaba por fazer com que a (hiper) militarização acabe sendo como a única saída para as sociedades. Exemplos são vários pelo mundo, sendo a Alemanha nazista como o mais conhecido exemplo de militarização de uma nação que resultou em uma perversidade sem precedentes na história da humanidade. No caso brasileiro e mais atual, observamos uma crescente demanda por mais polícia, mais militares e até mesmo intervenção militar. Outra questão atual ainda no Brasil é a aceitação da violência como recurso de se combater a criminalidade (o famoso “bandido bom é bandido morto”) ou a veneração de militares que torturaram e mataram opositores ao regime cívico-militar instalado em 1964. Todos os dias a mídia mundial coloca notícias das mais diversas manifestações conservadoras contra imigrantes, refugiados e até mesmo por orientações sexuais diversas ou mesmo por causa da cor da pele.

¹⁴ Essa afirmação de que o treinamento militar consiste em perda de tempo é corroborada nas nossas pesquisas sobre a polícia militar (inclusive do tempo que este autor passou na academia de polícia em 2014), mesclando períodos de intensa atividade com períodos de inatividade dos policiais que se encontravam estudando. Outra

Nesse momento, Weber também praticava duelos e carregou algumas cicatrizes desses momentos de “distração”. Posterior ao treinamento inicial, a vida de oficial do exército prussiano o agradou mais do que o período de treinamentos. Ainda sobre a guerra, Guiddens (1998, p.29) coloca que Weber anteviu a formação da Primeira Grande Guerra, acreditando ainda que o conflito poderia trazer uma unidade patriótica ao país. Após o conflito, quase foi candidato pelo Partido Democrata para o parlamento alemão após a revolução 1918\1919 (Guiddens, *idem*, p.30).

Como vimos na introdução e na segunda parte deste trabalho, o processo de formação dos exércitos esteve vinculado à formação dos estados nacionais e esses estados foram assimilando uma racionalidade burocrática¹⁵, que depois seria objeto de estudo de Max Weber.

Para Weber, o Estado se consolida através de um território e do uso legítimo da força, seja através das forças armadas ou de alguma instituição policial (Weber, *idem*, p.98) afirmando que:

“Todo Estado se fundamenta na **força**”, disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado — ninguém o afirma — mas um meio específico ao Estado. Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. No passado, as instituições mais variadas — a partir do clã — conheceram o uso da força física como perfeitamente normal. Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Note-se que território é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

Nesse sentido, podemos inferir que a dominação do Estado é automaticamente imposta e que acaba por ser assimilada ou consentida através da burocracia, que para a sociedade é a racionalização da política na modernidade. Considerando que as forças armadas (exércitos, marinhas e posteriormente as forças aéreas, e também a polícia em muitos aspectos) são partes

característica do treinamento militar é a eterna vigilância que os alunos sofrem e que alguns policiais relatavam parecer com uma escola infantil.

¹⁵ No Brasil, em especial no período da colonização, as forças militares foram utilizadas como "administradores" de várias circunscrições. Para maiores detalhes ver o Prado Jr. (2011, p.316).

do Estado e que estão inseridas na divisão burocrática do trabalho, essas instituições acabam também por se burocratizar, visando a atender demandas de controle do Estado.

Nesse sentido, podemos entender o "militarismo" como uma racionalização da força do Estado ou como o braço armado da burocracia weberiana. Essa racionalização burocrática permitiu que os exércitos se especializassem, saindo de um corpo de oficiais baseados na aristocracia ou de grupos de mercenários, para um corpo de oficiais que sejam de campo ou mesmo aqueles envolvidos diretamente na administração das coisas da guerra, aliados a políticas de recrutamento e treinamento sistemáticos (Guiddens, *ibidem*, p.245), transformando os países em "nações em armas". Ao que tudo indica, esse modelo burocrático/militar não será alterado e a tendência é de que as instituições militares (e policiais) cada vez mais tenham participação no Estado, para além das suas funções originais, inclusive com seus membros participando da burocracia administrativa de diversos países, fato este muito comum no Brasil.

5. Considerações finais

O texto teve por objetivo buscar subsídios iniciais para alinhar a discussão entre a sociologia e as instituições militares, seu nascimento e alguns aspectos dos três principais autores da sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. Inicialmente, buscou-se discutir a formação dos estados nacionais e, conseqüentemente, a formação das instituições militares na forma de exércitos que, na delimitação dos territórios de cada país, começam a defendê-lo e que, futuramente, vão dar origem às instituições policiais (mantendo-as militarizadas em alguns países e com características militares em outras, mas de caráter civil). Essas instituições vão moldar algumas particularidades das nações, sejam no campo da política externa, seja na manutenção da ordem e do cumprimento da lei.

Buscou-se analisar o que cada "fundador" da sociologia moderna contribuiu no debate sobre essas instituições. Ainda que os três estivessem buscando entender com intensidade diferenciadas o que era um Estado Nação. Marx com a sua parceria com Engels, que debateu sobre a função do Estado como um comitê gestor da burguesia e via o uso de exércitos apenas de forma a promover e manter a revolução do proletariado contra os capitalistas.

Durkheim via o Estado como uma instituição atrofiada e incapaz de criar coesão social ou moral, inclusive afirmando que a criminalidade nunca será eliminada de nenhuma sociedade.

Mesmo assim, as suas reflexões não estiveram voltadas diretamente ao tema “militar, guerra ou militares”, porque foi profundamente afetado pela perda de um filho na Primeira Guerra Mundial. Weber foi o fundador da sociologia que mais teve contato com a vida militar, sendo oficial do exército prussiano. Nos seus estudos, teve por objetivo tentar compreender a burocracia do Estado e as implicações que ela provocava. É claro que o seu modelo de análise era o baseado em um idealismo imaginário, que nos parece não ter existido e que talvez nunca se concretize.

Referências

ANFRA, Douglas Rogério. **Friedrich Engles: Guerra e Política: uma investigação sobre a análise marxista da guerra e das organizações militares**. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-30072013-114121/pt-br.php>

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BORDIN, M. & MORAES, P. R. B. de. Hipermilitarização da Segurança Pública no Brasil: discussões iniciais in **Anais do 6º Seminário Nacional de Sociologia e Política**, Curitiba, 2015. Disponível em http://www.e-democracia.com.br/sociologia/anais_2015/

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional da Cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros, São Paulo, Editora da USP, 1996.

COLEÇÃO BASES "**Marx, Engles e Lenin: Escritos Militares**". Coleção bases 37, Global Editora, São Paulo, 1981.

CODATO, A. & PERISSINOTTO, R. O Estado como instituição in Codato, A. & Perissinotto, R. **Marxismo como ciência social**. Curitiba, Editora da UFPR, 2011.

DURKHEIM, Émile. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo, Landy, 2003.

FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia In FORACCHI, Marialice Mencarini & MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à Sociologia)**. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

GUIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo, Editora da USP, 2008.

_____. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

MORAES, Pedro R. Bodê. Émile Durkheim: Para uma Sociologia do Mundo Contemporâneo *in* Codato, Adriano Nervo (org.). **Tecendo o Presente: oito autores para pensar o século XX**. Curitiba, SESC Paraná, 2006.

PERRY, Anderson. **Linhagens do Estado Absolutista**. Brasília, Editora Brasiliense, 3ª Edição, 1995.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

QUARESMA, Sílvia Jurema Leone. **O Estado e Dominação nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim**. S/d. Disponível em http://www.achegas.net/numero/42/silvia_jurema_42.pdf

QUINTANEIRO, Tânia. Émile Durkheim *in* QUINTANEIRO, T. *et. al* **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª Edição, revisada e ampliada. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2007.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus (990 – 1992)**, Tradução de Geraldo Gerson de Souza, São Paulo, EdUSP, 1996.

WEBER, MAX. **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro, LTC Editora, 1982.